



QUEM MANDOU MATAR MARIELLE?

Mais forte com você!

Após uma década,
taxa de sindicalização
no país aumenta **4 e 5**

**SINDI
CALI
ZE-SE!**



PNE: Projeto aprovado na Câmara compromete
qualidade da educação pública **6 e 7**

Entrevista: O impacto das *big techs*
no ambiente acadêmico **13 a 16**

O ano de 2026 começou sob notas trágicas em nosso continente. Os ataques promovidos pela administração de Donald Trump contra a Venezuela, ocorridos a partir da madrugada do sábado, 3 de janeiro, configuram mais do que um episódio isolado de beligerância internacional. Trata-se de uma agressão aberta à soberania de um país latino-americano, em episódio sem precedentes na América Latina nas três últimas décadas, incluindo ação militar direta em território venezuelano e o sequestro do presidente Nicolás Maduro e de sua esposa, a deputada federal Cilia Flores, em flagrante violação do direito internacional e da autodeterminação dos povos.

Como bem apontam as análises publicadas pela imprensa progressista internacional, o objetivo central da ofensiva é estratégico e econômico: o controle das maiores reservas de petróleo do planeta, acesso à região amazônica e reposicionamento norte-americano no quadro das disputas interimperialistas. A Venezuela

volta a ser tratada como território a ser tutelado, saqueado e disciplinado, repetindo uma longa história de intervenções que marcaram a América Latina ao longo dos séculos XIX e XX. O ataque não se dirige apenas ao povo venezuelano, mas a todo o continente, porque reafirma a pretensão das grandes potências de decidir, pela força, os rumos políticos e econômicos da região.

O célebre militante e pensador peruano José Carlos Mariátegui (1894-1930), ao refletir sobre as lutas latino-americanas, advertia que "o problema da nossa América não é um problema de fórmulas, mas de destino". Para o pensador peruano, a soberania não poderia ser importada nem concedida: ela só poderia ser construída pela ação consciente dos próprios povos, em confronto direto com o imperialismo e suas elites locais associadas. Defender a soberania, portanto, é defender a possibilidade histórica de que nossas sociedades decidam seu próprio destino.

É a partir dessa perspectiva que

a denúncia da agressão contra a Venezuela se torna uma tarefa política inadiável também no Brasil. A ofensiva imperialista que hoje atinge Caracas tem a mesma lógica que ameaça nossas universidades públicas, nossas riquezas naturais, nossa ciência e nossos direitos sociais. A submissão externa caminha lado a lado com o desmonte do Estado, com o ataque à educação pública e com a tentativa de silenciar o pensamento crítico.

Para um sindicato nacional como o ANDES-SN, a defesa da soberania da América Latina não é um tema externo ou abstrato. Trata-se de uma pauta diretamente vinculada à defesa da educação pública, da autonomia universitária, da liberdade acadêmica e do papel social da ciência. Não há universidade crítica possível em um país submisso; não há produção de conhecimento comprometida com o povo sob a tutela do imperialismo.

Solidarizar-se com o povo venezuelano, denunciar a agressão de Trump e afirmar o direito dos povos latino-americanos à autodeterminação é, portanto, parte da luta histórica do movimento docente. Defender a soberania da Venezuela é defender também a soberania do Brasil e o futuro da educação pública na América Latina.



Trump, tire as mãos da América Latina!

Expediente

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN

Diretor Responsável:

Diego Ferreira Marques

Editor-Chefe:

Luciano Beregeno MTb 07.334/MG

Edição e Revisão:

Luciano Beregeno

Jornalistas:

Bruna Yunes DRT 9045/DF,
Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Diagramação, revisão e arte final:

Silas William Vieira

Fotos:

Eline Luz/ANDES-SN

imprensa@andes.org.br
andes.org.br

Carreira, piso salarial, políticas afirmativas e NEM são temas de eventos do ANDES-SN

Diante da precarização do trabalho docente e dos impactos das reformas educacionais, o ANDES-SN realizou, nos dias 5 e 6 de dezembro, o Seminário Nacional sobre Carreira Docente e o V Encontro da Carreira EBTT e das Carreiras do Ensino Básico das Ies, Ims e Ides, no auditório da Adunicamp – Seção Sindical do ANDES-SN, em Campinas (SP).

A luta pelo piso salarial e por uma carreira única esteve no centro dos debates do Seminário. Alexandre Galvão, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), destacou que a carreira única é uma reivindicação histórica da categoria e garantia da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Ele pontuou que o 15º Conad Extraordinário do ANDES-SN aprovou diretrizes em defesa de uma carreira única, com ingresso no mesmo nível, e progressão até o topo em até 20 anos.

Jennifer Webb, docente da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (EA-Ufpa), destacou como preocupante o cenário de precarização e intensificação do trabalho docente. Segundo ela, a adoção do Piso Salarial Profissional Nacional (Lei 11.738/08) como piso gerador é resultado de um diagnóstico, sobretudo durante as negociações da greve de 2024. “Temos um parâmetro de malha salarial plausível para este momento histórico, que nos permite sustentar uma defesa coerente em qualquer mesa de negociação”, ressaltou. Segundo ela, a falta de uma carreira estruturada enfraquece

a organização sindical diante da Reforma Administrativa.

Paulo Neves, do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), afirmou que o governo de São Paulo não cumpre o piso salarial e recorre ao chamado “abono complementar”, mecanismo que impede que o valor do piso repercuta em direitos, como aposentadoria. Já Felipe Chadi, do Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho no Estado de São Paulo (Sintesp), apontou que, nas escolas do Centro Estadual Paula Souza, a prevalência de contratos “horistas” e temporários dificulta a dedicação exclusiva e o cumprimento do piso.

V Encontro da Carreira

A primeira mesa do V Encontro da Carreira EBTT e das Carreiras do Ensino Básico trouxe o debate “As Políticas Afirmativas no Projeto de Carreira Única do ANDES-SN”.

Ana Luísa Oliveira, da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), denunciou a predominância de homens brancos na docência das instituições públicas e como essas IES burlam a Lei de Cotas para concursos públicos, por meio da omissão da legislação nos editais e o fracionamento de cargos por especialidade ou por localidade. Em alguns casos, realizam sorteios de vagas, o que distorce o espírito da lei e compromete a dupla porta de entrada, além do racismo institucional nas etapas

subjetivas dos certames. “Candidatos negros têm ótimo desempenho em provas objetivas, mas perdem pontos nas etapas subjetivas”, afirmou.

Caroline Lima, 1ª vice-presidenta do ANDES-SN, defendeu uma abordagem interseccional na luta pela carreira e pelo serviço público, destacando que desigualdades de gênero e raça atravessam a docência. “Somos maioria nas matrículas, mas minoria nas chefias, nos cargos de gestão, nas bolsas de produtividade. Essa desigualdade não é acidental”, observou. Ela também criticou a “economia do cuidado”, que penaliza especialmente mães na produção acadêmica, com prejuízos durante licenças-maternidade.

Novo Ensino Médio

O Novo Ensino Médio (NEM), Lei 14.945/24, e seus Itinerários Formativos de Aprofundamento foram alvos de críticas contundentes. Cláudio Mendonça, presidente do ANDES-SN, afirmou que a reforma atende aos interesses do capital e aprofunda a precarização, a intensificação e a desvalorização do trabalho docente, mantendo elementos nocivos como a fragmentação curricular e a formação voltada ao mercado. “Somam-se a essas mudanças as novas formas de organização do trabalho, estruturadas pela ‘Santa Trindade’ da flexibilização, precarização e intensificação, que atingem o conjunto das professoras e dos professores”, afirmou.

De acordo com Clarissa Rodrigues, da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop), estudantes ingressam nas universidades com grandes lacunas em conteúdos básicos. Para ela, a promessa de liberdade de escolha dos itinerários formativos não se concretiza sem financiamento adequado. “O abismo entre a propaganda oficial e a realidade dos itinerários formativos evidencia a precarização: sem financiamento, qualquer um

Movimento Docente

pode dar aula”, denunciou.

Amanda Moreira, do Colégio de Aplicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Cap-Uerj) e diretora do ANDES-SN, afirmou que o NEM integra um projeto político que intensifica a exploração da juventude

de trabalhadora, com a plataformização, o uso de Inteligência Artificial e financeirização da educação, impulsionadas por empresas e fundações privadas, que investem em itinerários formativos das escolas em diversos estados e na implementação

da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). “A ‘reforma da reforma’ promete mudanças, mas mantém os problemas centrais”, criticou.

Encerrando o debate, Fernando Cássio, docente da Universidade de São Paulo (USP), destacou que a

Docentes revelam desafios do ensino, pesquisa e extensão no país

Os desafios da multicampia, os cortes orçamentários, a sobrecarga de trabalho e as assimetrias de carreira fizeram parte dos relatos das e dos docentes de diferentes regiões do país das universidades Federal do Amazonas (Ufam), Estadual de Campinas (Unicamp) e dos institutos federais do Paraná (IFPR) e do Rio Grande do Sul (IFRS).

Distância e custo de vida

Há mais de 17 anos atuando em Benjamin Constant (AM), no Instituto de Natureza e Cultura da Ufam, Solano Guerreiro relatou os desafios da realidade amazônica, especialmente a dependência do transporte fluvial, que limita a participação em atividades acadêmicas e sindicais e reduz a visibilidade das pesquisas na região.

“Em mais de 90% dos municípios, tudo é feito por via fluvial. A gente não pensa em horas, pensa em dias. Na época da vazante, quando o rio baixa bastante, os custos ficam elevadíssimos, quase dobram, e o salário da população continua o mesmo. Nesse período, fica ainda mais difícil de se manter.”



Pesquisa e extensão

No sul do país, Luiene Veloso, docente da carreira do EBTT no IFPR, no curso de Pedagogia, alertou sobre a precarização do trabalho docente, marcada pelo aumento da carga horária, pela abertura de novos cursos sem planejamento e cortes orçamentários. “A gente precisa lutar constantemente por condições de trabalho, por códigos de vagas e pelo respeito ao nosso tempo de pesquisa e extensão. No Magistério Superior, a pesquisa e a extensão já estão consolidadas como parte inerente da função. No EBTT, ainda precisamos convencer que pesquisa e extensão são trabalho e são imprescindíveis.”

implementação do NEM aprofundou desigualdades regionais e reduziu a formação geral básica, com perdas significativas em disciplinas essenciais e o enfraquecimento da educação técnica integrada.

Encaminhamentos

As e os docentes consolidaram en-

caminhamentos para o 44º Congresso do ANDES-SN, que serão apresentados para deliberação da categoria. Entre os principais pontos estão a criação de uma Comissão Nacional de Carreira Docente junto ao MEC, a criação de um protocolo de desenvolvimento na carreira com recorte de gênero, raça, diversidade e direitos de

cuidado, o fortalecimento da campanha “Magistério Unido, Piso Garantido”, a cobrança da implementação integral do Termo de Acordo de Greve de 2024, entre outros.

Leia a cobertura completa dos eventos QR Code:



Carreiras invisibilizadas

Com mais de quatro décadas de atuação no Colégio Técnico da Unicamp, Francisco Rodrigues integra a carreira do Magistério Secundário Técnico. Ele chamou atenção para as múltiplas carreiras docentes existentes dentro da universidade. “Essa baixa visibilidade de alguns estratos da comunidade docente cria uma visão limitante sobre os talentos e capacidades dos docentes das carreiras não-Magistério Superior, além de haver impedimentos à participação de docentes das demais carreiras em programas de apoio acadêmico, científico e tecnológico da Unicamp que, em geral, são construídos com foco na Carreira MS.”

Precarização

Jaqueline Russczyk, docente da carreira EBTT no IFRS e integrante da Rede Federal desde 2010, destacou que a abertura de novos cursos sem planejamento adequado, somada à redução contínua de orçamento, afeta não apenas o trabalho em sala de aula, mas também a capacidade de organização política da categoria. “Com a piora das condições de trabalho, falta tempo para o encontro, o debate, a formação e a ação política, o que enfraquece a disposição para a luta. Soma-se a isso a ausência de uma carreira única estruturada, que limita a capacidade de resistência da categoria e fragiliza a organização sindical.”



PNE aprovado na Câmara posterga direitos e reduz metas

O Projeto de Lei 2614/2024, que institui o novo Plano Nacional de Educação (PNE) para a próxima década, aguarda votação no Senado Federal após ter sido aprovado em comissão especial da Câmara dos Deputados, em dezembro de 2025.

Embora recupere categorias caras ao campo educacional - como o Custo Aluno-Qualidade (CAQ), a cooperação federativa e a gestão democrática -, o projeto traz um desenho de metas e indicadores cuja ambição é menor do que a necessidade real do sistema e do passivo acumulado no último decênio. Uma análise crítica, sobretudo em comparação com o PNE da Sociedade Brasileira (PNE/SB), elaborado em 1997 e referência histórica dos movimentos sociais da Educação, revela que o plano posterga direitos e compromete a urgência da qualidade da educação pública.

Enquanto o PNE da Sociedade Brasileira partia do diagnóstico do atraso e dimensionava o esforço com números, cronogramas e impactos fiscais imediatos, além de destinar recursos públicos apenas para a educação pública, o PL 2614/2024 transforma as cláusulas de suficiência em promessas de longo prazo. A medida põe em segundo plano o volume de recursos e mantém brechas normativas, que naturalizam precarizações antigas, inclusive na formação e no trabalho docente. Além disso, favorece o setor privado da educação

e a destinação de recursos públicos também para a educação privada.

Conforme o Sindicato Nacional, o projeto coloca um conjunto de limitações para o alcance de todas as metas que dependem de recurso para serem executadas, sejam aquelas relativas à educação básica, como universalização da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio, quanto aquelas relacionadas também ao acesso e a permanência do ensino superior, que não foram

cumpridas no PNE de 2014, que vigorou até dezembro de 2025.

Financiamento Condicional

A Meta 19.a do PL 2614/2024 prevê a ampliação do investimento público em educação, mas estabelece uma longa rampa: atingir o equivalente a 7,5% do Produto Interno Bruto (PIB) somente no sétimo ano de vigência deste PNE, alcançando os desejados 10% do PIB, para todo o setor, apenas ao final do decênio.

Para o ANDES-SN, esse escalonamento representa um recuo diante da urgência social e contrasta com a visão do PNE/SB, que tradicionalmente exigia o investimento de 10% do PIB exclusivamente para a educação pública, como ordem de grandeza necessária desde o início do ciclo, vi-

pne
PLANO NACIONAL
DE EDUCAÇÃO

sando a resolução imediata do passivo histórico. A crítica sintetizada pelo ANDES-SN é que "a meta [do governo] é reduzir a meta".

A materialização do Custo Aluno-Qualidade (CAQ) segue a mesma lógica de postergação. A Meta 19.b define que o investimento por aluno na educação básica deve, até o quinto ano do PNE, apenas alcançar o percentual do PIB per capita equivalente à média dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O CAQ, de fato, é referenciado na legislação, mas o PL 2614/2024 estabelece que, somente até o final do decênio, o investimento por aluno deve assegurar o padrão mínimo de qualidade, tendo o CAQ como referência.

Diferentemente do PNE/SB, que concebia o CAQ como uma cláusula de suficiência imediata e regulamentada para a garantia do direito, o texto aprovado pela Câmara trata a definição e o atingimento pleno do CAQ como um horizonte final e uma referência a ser definida posteriormente.

Precarização docente

Na política de valorização do magistério da educação básica (Objetivo 17), o PNE aprovado insere uma meta que legitima a precarização em patamares elevados. A

Meta 17.d estabelece a redução progressiva do número de profissionais do magistério sem cargo efetivo a, no máximo, 30% em cada rede pública, até o final do quinto ano de

A META É REDUZIR A META

com a expansão do setor privado e a Educação a Distância (EAD) de baixa qualidade.

Importante ressaltar

que o PNE vigente demarcou elevar para 33% a taxa líquida de acesso. Contudo, de 2014 a 2022, esse percentual avançou apenas de 18% para 20%, muito aquém do previsto e necessário.

Instrumentos de governança

A crítica à governança concentra-se na natureza da participação social prevista. O PL 2614/2024 estabelece que o Fórum Nacional de Educação (FNE) será uma instância consultiva, o que diminui o poder de interferência da sociedade. Já o PNE da Sociedade Brasileira defendia que o FNE fosse um órgão deliberativo, com poder vinculativo sobre políticas e orçamentos.

O Plano prevê também a criação de instâncias de negociação tripartite e bipartite entre os entes federativos, que funcionarão como subcomissões do Sistema Nacional de Educação (SNE). No entanto, o caráter meramente consultivo do FNE limita a capacidade da sociedade civil de influenciar diretamente as decisões de governança.

Tramitação

O PL 2614/2024 deve ser pautado na Comissão de Educação do Senado na retomada do ano legislativo em fevereiro. Caso haja alterações no texto, o projeto deverá voltar para apreciação na Câmara dos Deputados.

vigência. Para o ANDES-SN, fixar em 30% a margem de profissionais não efetivos representa a normatização de um déficit estrutural no quadro de servidores e servidoras, contrastando com a exigência de estabilidade laboral como regra para a melhoria da qualidade da educação pública.

O PL 2614/2024 também condiciona a qualidade da formação inicial a indicadores de desempenho. A Meta 17.e exige que, no mínimo, 50% dos concluintes de cursos de pedagogia e licenciaturas alcancem o padrão de desempenho adequado no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) até o quinto ano do PNE, e 70% até o final do decênio. O Sindicato Nacional critica o uso do Enade para mensurar a qualidade da formação por acreditar que isso privilegia métricas padronizadas de resultado e distorce a noção de avaliação da educação.

Acesso ao ensino superior

Para o ensino superior, embora o PL 2614/2024 almeje 40% de acesso (14.a), o texto não estabelece um compromisso juridicamente obrigatório para a expansão planejada de vagas, pessoal e assistência estudantil na rede pública. Essa ausência de garantia de investimento no ensino superior público aponta para a possibilidade de compensar as metas

Após queda por mais de uma década, taxa de sindicalização no Brasil aumenta

Depois demais de uma década de declínio acentuado na taxa de sindicalização no Brasil, os dados mais recentes indicam uma interrupção nessa trajetória de queda, com um aumento notável de filiados em 2024. Contudo, a análise detalhada por setor reafirma a centralidade e a força do funcionalismo público, e especialmente da área de Educação, como o pilar mais resistente e organizado do movimento sindical no país.

Declínio Histórico

A série histórica da sindicalização no Brasil, medida pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela um recuo dramático. Em 2012, o país registrava 14,4 milhões de sindicalizados e sindicalizadas, o que representava 16,1%

das trabalhadoras e dos trabalhadores ocupados. Essa taxa caiu continuamente, atingindo o ponto mais baixo de 8,4% em 2023.

A queda mais acentuada se correlaciona diretamente com o ano de 2017, período da aprovação da Reforma Trabalhista que, entre outras mudanças, pôs fim à contribuição sindical obrigatória. O efeito da legislação levou o contingente total de sindicalizados a 8,3 milhões em 2023.

“A queda na densidade sindical, é importante registrar, é um fenômeno que ocorre nos países capitalistas centrais e em boa parte da América Latina, desde pelo menos os anos de 1980. A queda na sindicalização e a redução do número de greves são, dentre outros, dois indicadores do que se convencionou chamar de ‘crise do sindicalismo’, crise que tem,

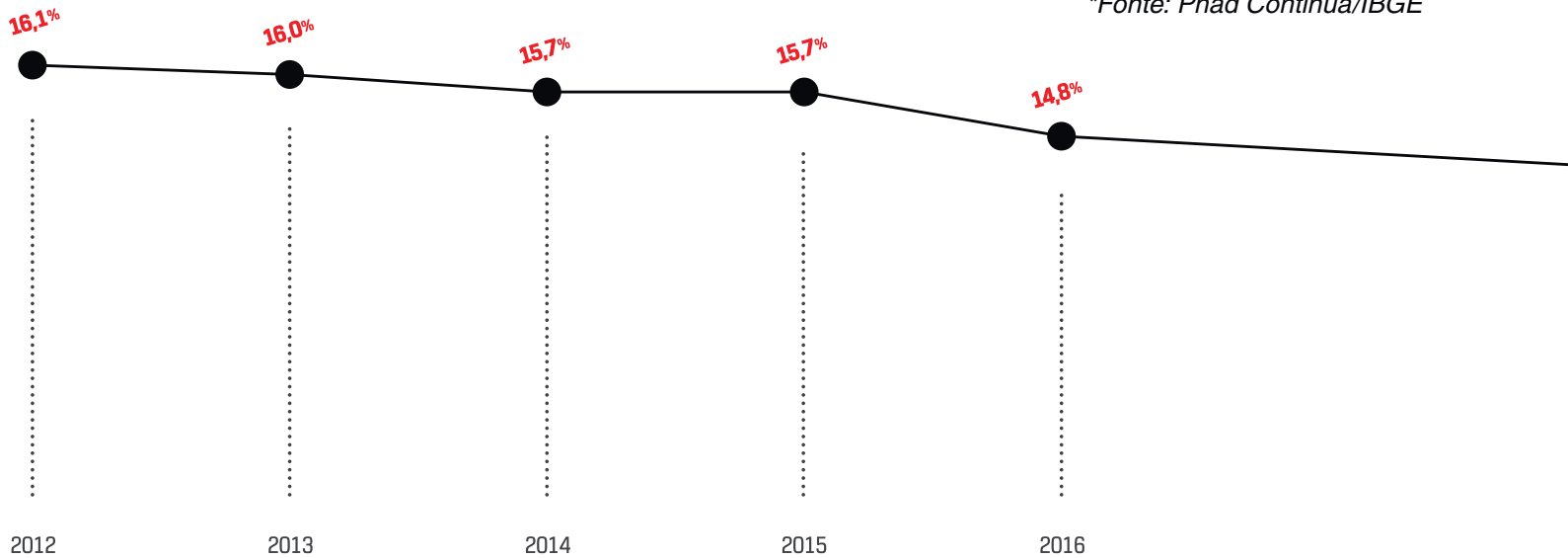
por sua vez, motivado reações e novas experiências sindicais mundo afora: retorno às bases, sindicalização de setores precários, revitalização sindical, novo internacionalismo, sindicalismo de movimento social. Setores do movimento sindical nos EUA, na França, na Inglaterra, na Alemanha, na Suécia, para citar os casos em geral mais estudados, diante do cenário de crise, buscaram se ‘reinventar’, expressão que também no Brasil é cada vez mais comum entre dirigentes das centrais sindicais e de entidades de base”, explica Patrícia Vieira Trópia, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Conforme a docente, o movimento sindical brasileiro vem perdendo filiados e filiadas desde o início dos anos 2000, mesmo com crescimento econômico verificado no período de 2003 a 2014, quando mais de 18 milhões de pessoas ingressaram no mercado de trabalho. “Mas é inegável que, a partir de 2012, a queda na sindicalização assume um novo patamar”, observa.

“É preciso destacar que a queda na taxa de sindicalização foi maior, segundo nossas pesquisas

Trajetória da proporção de sindicalizadas e sindicalizados no Brasil:

*Fonte: Pnad Contínua/IBGE



(Colombi et al., 2022), nos setores estruturados historicamente no país, justamente naquelas categorias com tradição de organização, como metalúrgicos, químicos e bancários. Os setores mais precários e mais mal remunerados (por exemplo, comércio e construção civil) produziram mais postos de trabalho, mas também apresentaram queda na sindicalização entre 2015 e 2022, o que mostra que os sindicatos não têm conseguido atrair trabalhadores e trabalhadoras desses setores”, acrescenta Patrícia.

No entanto, houve uma recuperação da taxa de sindicalização em 2024, com um avanço de 9,8% em relação ao ano anterior, totalizando 9,1 milhões de pessoas associadas a sindicatos. Esse contingente representa 8,9% das trabalhadoras e dos trabalhadores ocupados.

O perfil dessa recuperação, porém, aponta para um movimento de retorno. Segundo a Pnad Contínua, de cada dez trabalhadores e trabalhadoras que se filiaram em 2024, oito tinham 30 anos ou mais, o que sugere que a renovação dos quadros sindicais ainda é um desafio, visto que a taxa de associação permanece baixa nas faixas mais jovens da classe trabalhadora - de 14 a 19 anos (1,6%) e 20 a 29 anos (5,1%).

Desafios para as entidades

Apesar de 68% das trabalhadoras e dos trabalhadores brasileiros considerarem os sindicatos importantes

ou muito importantes para a defesa de direitos, conforme apurado pela pesquisa Vox Populi encomendada pela Central Única dos Trabalhadores, apenas 11,4% estão filiadas e filiados. No entanto, 14,6% responderam que se filiariam com certeza e 35,9% consideraram possível aderir a uma entidade sindical.

Segundo a Pnad Contínua, de cada dez trabalhadores e trabalhadoras que se filiaram em 2024, oito tinham 30 anos ou mais

A professora da UFU reforça que as crises econômica e política colocaram os sindicatos diante de um cenário desafiador, pois justamente nos setores precários, terceirizados sobretudo, a sindicalização é baixa e a ação sindical é frágil.

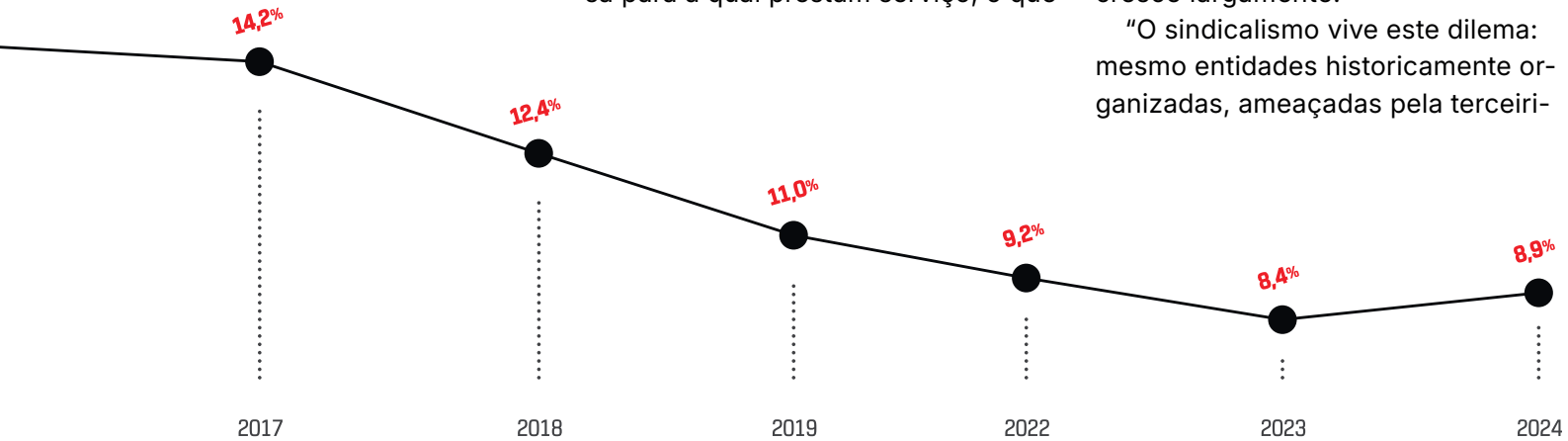
Para ela, as dificuldades inerentes à organização de trabalhadoras e trabalhadores mais expostos a altas taxas de rotatividade, à informalidade e a vínculos precários, como é o caso da terceirização, são reforçadas pela legislação sindical brasileira que impõe uma forma de organização baseada na noção de categoria profissional. “Os sindicatos no Brasil são organizados segundo o princípio da unicidade, um único sindicato oficialmente representa uma categoria profissional, o que, por exemplo, impede que os terceirizados sejam legalmente representados pelo mesmo sindicato que representa os trabalhadores diretamente contratados pela empresa para a qual prestam serviço, o que

estimula a fragmentação”, explica. “A forma de organização sindical brasileira está restrita à representação de trabalhadores formais”, acrescenta.

Patrícia ressalta que, para o sindicalismo se reinventar, é preciso voltar para as bases, discutir, politizar, fazer formação, atrair a juventude e não temer suas demandas e aspirações. “O movimento Vida Além do Trabalho (VAT) é um exemplo de demanda que tem origem e se espalha entre trabalhadores jovens, principalmente do comércio, que querem direitos trabalhistas, que querem poder trabalhar, estudar, ter lazer e uma vida melhor, menos brutal e adoecedora. A bandeira da redução da jornada de trabalho é historicamente do movimento sindical. Os sindicatos no país pautam e lutam pela redução da jornada. A luta pelo fim da escala 6 por 1 surgiu com muita força fora dos sindicatos. As centrais sindicais demoraram a aderir ao movimento. Isso revela que, embora queira se reinventar, o sindicalismo no Brasil tem muita dificuldade de se aproximar dos setores mais precários”, alerta.

A pesquisa da Vox Populi trouxe outro dado importante: entre autônomos e empreendedores, quase metade (49,6%) defende ter sindicato próprio — sinal de interesse pela organização coletiva e da inadequação da legislação atual. A docente da UFU chama a atenção para o fato de o sindicalismo não organizar oficialmente essa parte da classe trabalhadora brasileira que cresce largamente.

“O sindicalismo vive este dilema: mesmo entidades historicamente organizadas, ameaçadas pela terceiri-



zação, deixam de fazer a luta política contra as barreiras oficiais e legais – a estrutura sindical – que os impede de representar os terceirizados, os precários, os informais”, reforça.

A pesquisadora lembra, ainda, que a Reforma Trabalhista de 2017 significou um ataque brutal aos sindicatos, às instituições protetivas do trabalho, com efeitos muito deletérios sobre as negociações coletivas, afetando a capacidade de financiamento das entidades. Segundo Patrícia, o sindicalismo ficou em uma posição defensiva diante do bombardeio da grande imprensa, de formadores de opinião, políticos vinculados a partidos de centro e centro-direita, *influencers* etc. que buscam difundir o ideal de uma sociedade sem direitos, em que cada trabalhadora e trabalhador, ou “colaborador”, deve se virar sozinho.

Setor público

Apesar das turbulências e da queda geral de sindicalizações, os dados da Pnad Contínua apontam que o setor público se mantém com uma participação na sindicalização consistentemente superior à média nacional, embora tenha visto sua taxa cair de cerca de 28% em 2015 para próximo de 19% em 2024, mais que o dobro da média nacional de 8,9%.

“O sindicalismo no setor público só se tornou expressivo, ativo e grevista a partir da redemocratização política. Até então, pesava sobre o setor público e outras categorias de classe média a concepção segundo a qual o sindicalismo era um movimento de trabalhadores manuais. A mudança no perfil dos servidores, a perda de direitos ou a conquista de direitos que não são garantidos, desde os anos 1990, têm levado inúmeras categorias do setor público – federal, estadual e municipal – a lutar contra as mais diversas formas de gestão pública, que miram no enxugamento, na racionalidade administrativa e fiscal, e que aderem à visão dos serviços estatais como gasto

e não como investimento e direito dos trabalhadores que produzem riquezas e pagam impostos. Outro aspecto importante é que muitas categorias, entre as quais educação e saúde, politizam suas lutas porque negociam com governos”, observa a professora da UFU.

O agrupamento de atividades que inclui a administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços é o que possui a maior taxa de trabalhadores e trabalhadoras vinculados a entidades sindicais (15,5%). Este agrupamento não apenas lidera em taxa de associação, mas também é o maior em volume, concentrando 30,9% de todos os sindicalizados e sindicalizadas do Brasil – ou seja, três em cada dez filiados. Historicamente, este setor sempre esteve entre as atividades mais sindicalizadas, mantendo a liderança em 2012 e 2022.

O peso da área da Educação é evidente na estrutura sindical brasileira. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), por exemplo, representa cerca de 4,5 milhões de profissionais da educação básica e tem mais de 1 milhão de sindicalizados e sindicalizadas. No Ensino Superior, o ANDES-SN representa aproximadamente 258 mil docentes em sua base, com cerca de 67 mil filiados e filiadas, com uma taxa de sindicalização de 25,91%, acima da média no serviço público. Essa capilaridade na base faz do ANDES-SN a maior entidade sindical de primeiro grau no Brasil.

Outras grandes entidades do setor público incluem sindicatos estaduais de professores (filiados à CNTE), que estão entre as maiores entidades

sindicais do país. Em nível de representação, o setor público federal é o único segmento no Brasil com mais de uma centena de entidades de base nacional ou interestadual, destacando-se pela amplitude de sua organização.

No entanto, a força de representatividade sindical no setor público pode estar ameaçada com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 38/2025, a Reforma Administrativa. Para a professora Patrícia Vieira Trópia, esse ataque aos servidores e servidoras e aos serviços públicos pode também ser uma ferramenta para fragilizar a organização sindical nessa parcela da classe trabalhadora.

“A Reforma Administrativa, sob a justificativa de combater privilégios e modernizar as relações de trabalho no setor público, visa reduzir direitos conquistados. Amplia a possibilidade de contratação

temporária e da



terceirização – o que, como já assinalei, fragmenta as categorias e tende a fragilizar a organização sindical onde ela tem sido mais forte e resistente”, avalia a pesquisadora.

Mais forte com você

Em resposta ao cenário complexo e à necessidade de fortalecer a organização política frente aos ataques à classe trabalhadora, o ANDES-SN lançou a campanha de sindicalização “O ANDES-SN é mais forte com você”.

O lançamento ocorreu durante o Seminário Nacional de Questões Organizativas, Administrativas, Financeiras e Políticas do ANDES-SN, no final de 2025. A campanha é considerada urgente devido ao avanço da extrema direita e os constantes ataques à categoria e à Educação, o que torna imperativo que o movimento sindical construa diferentes formas de organização política.

A 2ª vice-presidenta do Sindicato Nacional, Letícia Carolina Nascimento, enfatizou, durante o evento, que a campanha requer uma mobilização ampla das bases e convocou as seções sindicais a atuarem ativamente na busca por docentes não-filiados e não-filiadas. “Nesse processo, é fundamental se aproximar das diferentes questões que atravessam o cotidiano da classe trabalhadora, desde o racismo, o machismo, o capacitismo, a LGBTI+fobia e, com certeza, a precarização do nosso trabalho.

Todas essas questões precisam ser pensadas coletivamente no nosso sindicato”, concluiu.

Confira a íntegra da entrevista com Patrícia Vieira Trópia no QRCode:



ANDES-SN

1º

maior entidade sindical de 1º grau do Brasil

258.600

base representada estimada

187.600

setor das Ifes

71.000

Setor das Iees, Imses, Ides

67.000

filiações estimadas

25,91%

taxa de sindicalização aproximada

18,9%

taxa de sindicalização média no serviço público

Dados: CNES/MTE, Pnad Contínua 2024/IBGE, Censo da Educação 2023/MEC/Inep, Painel Estatístico de pessoal/MGI

Racismo institucional marca anulação de concurso na USP e expõe outros casos

A anulação do concurso que aprovou por unanimidade a professora e pesquisadora Érica Bispo para a vaga de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa na Universidade de São Paulo (USP), reacendeu o debate sobre racismo institucional e perseguição a docentes negras e negros nas universidades públicas brasileiras. Mesmo diante de pareceres favoráveis da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) e do arquivamento do inquérito pelo Ministério Público de São Paulo (MP-SP), a USP decidiu invalidar o certame e abrir um novo concurso para a mesma vaga.

Érica Bispo, mestra, doutora e pós-doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi aprovada por unanimidade em junho de 2024 e nomeada em novembro do mesmo ano. O concurso, regido pelo Edital FFLCH/FLC 024/2024, foi alvo de questionamento por parte de candidatas e candidatos não aprovados, o que motivou a abertura de inquérito civil no MP-SP.

Embora o Ministério Público tenha concluído que não houve irregularidades ou improbidade e a FFLCH tenha rejeitado o recurso, com 22 votos pelo indeferimento, a Procuradoria-Geral da USP acolheu a contestação sob o argumento de que fotos publicadas em redes sociais indicariam “convivência íntima” entre a professora e integrantes da banca.

A docente contestou a acusação e afirmou que as imagens se referem a eventos e congressos acadêmicos comuns da área de literaturas africanas, que é uma área de pesquisa restrita.

Além disso, a banca era composta por cinco pessoas, todas responsáveis por atribuir notas altas e consistentes ao seu desempenho.

Servidora pública desde 2006, Bispo criticou que o concurso tenha sido anulado por um “mero indício” e alega que a USP não lhe garantiu o direito à ampla defesa. “Hoje, várias universidades estabelecem mecanismos

de controle para concursos docentes que já estão previstos e explicitados no edital. Tradicionalmente, levantar suspeitas sobre a banca tem um prazo específico antes da realização do certame. Suspeitar da banca após o resultado final só demonstra insatisfação com o resultado”, criticou.

Para Érica, a anulação de sua nomeação é discriminatória. Segundo ela, muitas pessoas negras têm compartilhado também histórias de como são impedidas de ocupar vagas de docência nas universidades públicas. “O Brasil ainda precisa tratar da herança escravocrata, que nega ao sujeito negro os espaços de destaque social e cria barreiras para a ascensão de mais da metade da população. Há em tramitação na Câmara uma PEC [27/2024] que prevê um fundo para reparação pelos males da escravidão.



Foto: Renner Boldrino

Esse tipo de ação visa a redução do racismo estrutural e institucional que hoje permeia o país”, contou.

A docente relatou ainda os efeitos da anulação do concurso, principalmente no aspecto emocional. Devido ao estresse, a servidora emagreceu 5 kg em um mês, enfrentando problemas digestivos graves.

A Defensoria Pública do Estado de São Paulo solicitou a suspensão do novo concurso, mas a USP informou não haver impedimentos para sua continuidade. “O novo concurso consolidou a injustiça e passou por cima do meu direito. A minha luta se tornou uma corrida contra o tempo”, disse Érica, que ingressou com uma ação judicial para tratar do caso.

No dia 15 de dezembro, o juiz Marcelo Semer, da 10ª Câmara de Direito Público, suspendeu o novo processo seletivo, por entender que a continuidade do certame poderia gerar efeitos irreversíveis em caso de decisão favorável à Bispo. O concurso já estava em fase de homologação das inscrições.

Casos semelhantes reforçam que o problema não é isolado. Em agosto de 2023, a Defensoria Pública de SP pediu a suspensão de mais de 200 concursos da USP por descumprimento da política de cotas raciais, aprovada pela universidade em maio daquele ano.

ANDES-SN na luta

O ANDES-SN, por meio da Comissão Nacional de Enfrentamento à Criminalização e Perseguição Política a Docente, tem intensificado sua atuação em defesa de professoras e professores vítimas de Processos Administrativos Disciplinares (PADs) considerados injustos e ações persecutórias nas instituições e, ainda, em casos de racismo institucional.

“Todo o processo é marcado por várias irregularidades. Somos solidários à professora Érica Bispo e estamos, junto com ela, tomando todas as medidas políticas, institucionais, administrativas e judiciais para que a lei de cotas seja garantida e a professora devidamente nomeada e

empossada”, afirmou Caroline Lima, 1ª vice-presidenta do ANDES-SN e da Comissão Nacional.

Outros casos

Em 2023, na Universidade Federal de Sergipe (UFS), o professor Ilzver de Matos Oliveira só tomou posse após atuação do Ministério Público Federal e ampla mobilização social. Embora tenha sido aprovado em 1º lugar nas cotas raciais e em 2º na ampla concorrência em concurso realizado em 2019 para o Departamento de Direito, sua nomeação foi inicialmente barrada, mesmo havendo três vagas abertas.

Na Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), a docente Ana Luísa de Oliveira, primeira professora negra aprovada por cotas na instituição, enfrentou, também em 2023, um processo judicial após questionamentos internos sobre a equivalência de seu título de doutorado à área do concurso. Apesar do Conselho Universitário ter reconhecido formalmente a validade da titulação e garantido sua posse, a Reitoria deixou

de anexar essa decisão no processo judicial, permitindo a continuidade de uma ação que desqualificava a formação da docente. Em reunião realizada em abril deste ano, a Univasf se comprometeu a garantir institucionalmente sua permanência e a formalizar esse reconhecimento no trâmite judicial, reafirmando o compromisso com a inclusão e as políticas de ações afirmativas.

Já na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), a professora Jacyara Paiva enfrentou o risco de ser exonerada após a Procuradoria Federal emitir, em dezembro de 2023, um parecer recomendando sua saída, com base

em decisão judicial definitiva de um processo iniciado em 2021. O caso teve origem em 2017, quando a Ufes publicou um novo edital para contratação de docentes, apesar de ainda estar em vigor um concurso anterior, no qual Jacyara havia sido aprovada, em 2013.

A docente recorreu à Justiça para garantir o direito à nomeação prioritária, obteve liminar, tomou posse e teve seu direito reconhecido em sentença judicial.



Lei de Cotas

O percentual de cotas em concursos públicos no Brasil foi ampliado para 30% em 2025, com a aprovação da Lei nº 15.142/2025, reservando vagas para pessoas pretas ou pardas, indígenas e quilombolas, substituindo a antiga Lei 12.990/2014 (20%) e valendo para toda a Administração Pública Federal, com regras de heteroidentificação detalhadas e critérios específicos para indígenas e quilombolas. A lei anterior perdeu a validade em 2024, mas teve seus efeitos prorrogados por decisão judicial até a entrada em vigor da nova legislação.

Big Techs podem controlar o trabalho e a produção de conhecimento docente

Em novembro passado o ANDES-SN realizou seu VIII Encontro de Comunicação e Arte, em Niterói (RJ), com o tema "Arte e Comunicação fortalecendo o ANDES-SN para derrotar o ódio nas ruas e nas redes". A última mesa do evento abordou a Inteligência Artificial, a plataformização e o mundo do trabalho, e como essas questões se relacionam com a atividade docente.

Manoel Dourado Bastos, professor do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL), foi um dos palestrantes. Em sua fala, fez um importante alerta: o uso de plataformas de grandes corporações nas universidades pode facilitar o controle do trabalho, da produção de conhecimento e da organização política, coletando dados tanto para publicidade quanto para direcionamento ideológico.

Além disso, Bastos destacou problemas criados pelo desmonte das universidades e contingenciamentos orçamentários e contou a experiência das Estaduais do Paraná, que hoje têm as progressões vinculadas a uma ferramenta de gerenciamento da folha de pagamento do estado, o que fere a autonomia universitária e condiciona a movimentação na carreira à autorização orçamentá-

ria do estado. Confira entrevista do docente da UEL ao InformANDES:

InformANDES: Como você acha que se dará a introdução da inteligência Artificial no ambiente universitário, no espaço de trabalho na universidade?

Manoel Dourado Bastos: A inteligência artificial já faz parte do contexto universitário de diversas maneiras. E um dos aspectos tem a ver com as relações de trabalho, o que acho que vai ser uma porta de entrada da qual a gente ainda não tenha muita consciência, nem do processo, nem de seus resultados.

Isso vai ser oferecido como um resultado técnico, como uma coisa boa para problemas que foram criados ao longo do tempo, com a precarização, com a depreciação das universidades, dos quadros funcionais, não só docentes, mas também de servidores técnico-administrativos, de maneira que, a partir de agora, a minha impressão é de que a inteligência artificial vai entrar [na universidade] bastante



nesse sentido, como uma oferta para resolver problemas e dificuldades operacionais que nós temos, por conta da depreciação das universidades.

Difícilmente vamos ser convidados a opinar sobre os diferentes aspectos que isso vai ter, mas, principalmente, a partir do momento em que a gente não vai opinar, acho que o principal vai ser o fato de que essas ofertas vão vir a partir das grandes corporações digitais.

Como uma série de outras coisas que têm sido feitas, os governos e as universidades vão gastar muito

dinheiro com soluções para problemas que vieram justamente da ideia de que era preciso enxugar

uso via uma política pública. Então, o desenvolvimento daquela ferramenta, feita pelo Estado a partir da sua institucionalidade, capaz de resolver isso tecnicamente, visa oferecer soluções para os problemas detectados e avaliados dentro do próprio contexto do Estado, da localidade, da universidade, como pode ser o nosso caso.

Quando você compra um pacote de uma grande corporação, não é o mesmo processo.

Você vai adaptar os seus problemas de acordo com aquilo que a grande corporação visa te oferecer. E, principalmente, ela não vai ganhar dinheiro só nesse sentido. No fim das contas, essas grandes corporações que mexem com inteligência artificial, plataformas, vão, de um modo ou de outro, caminhando para aquilo que é o central no âmbito das tecnologias de informação e de comunicação, que envolve esse novo conjunto de economia de dados, que viabiliza a circulação de mercadorias.

O mais curioso é que a gente está preocupado com o Instagram, que nos ouve falando das nossas preferências. Mas, e quando usamos as plataformas no trabalho, uma Alphabet ou qualquer uma dessas? Ela também vai usar os dados para fazer esse tipo de processo, no campo da função publicidade, e no que diz respeito ao controle político, ao direcionamento sobre as nossas posições. Então, não só o controle do ponto de vista do trabalho, mas

Como uma série de outras coisas que têm sido feitas, os governos e as universidades vão gastar muito dinheiro com soluções para problemas que vieram justamente da ideia de que era preciso enxugar custos. Você não contrata novos professores porque não tem recurso para a universidade, mas para pagar as grandes corporações tem.

custos. Você não contrata novos professores porque não tem recurso para a universidade, mas para pagar as grandes corporações tem. A gente tem visto isso ser utilizado com contratos com a Google, por exemplo. Esse talvez seja o principal problema: o desvio de recursos significativos para esse tipo de processo, que envolve um conjunto de precarizações das nossas relações de trabalho.

InformANDES: Qual a implicação, além do custo, das universidades utilizarem serviços das grandes corporações, como Google e Alphabet, em vez de desenvolver ferramentas próprias?

MDB: Vários estados do Brasil, e a própria esfera federal, têm um conjunto de instituições e profissionais capazes de lidar com essas dimensões, de produzir ferramentas a fim de trazer soluções tecnológicas para problemas existentes nas dinâmicas do Estado, do serviço público. No caso do Paraná, que é de onde eu venho, nós temos um centro, que desenvolve um conjunto de aspectos do ponto de vista técnico, da tecnologia da informação e da comunicação. Quando você faz uso nesse sentido, você faz o



o controle do tipo de percepção e capacidade de organização política que o trabalhador tem diante daquele processo. É uma dinâmica de controle, tanto do ponto de vista do trabalho quanto do ponto de vista político e da capacidade de oferta de mercadorias, que é bastante preocupante, porque eu estou no meu espaço de trabalho.

InformANDES: Como o uso dessas ferramentas pode interferir na carreira docente? Podem ser utilizadas como instrumentos de precarização e desmonte?

MDB: Talvez seja interessante contar uma história das universidades estaduais do Paraná como um exemplo, de uma luta que a gente perdeu, mas importante para a gente entender isso de maneira bem significativa. Foi um debate longo, nas universidades estaduais do Paraná, e no serviço público em geral, sobre o uso de sistemas para controle contábil e a produção de folha de pagamento dos servidores.

As universidades foram instadas a entrar no sistema, que é um software, comprado pelo estado do Paraná para fazer a folha de pagamento e o gerenciamento de recursos humanos, chamado Meta4. Muito mais do que as instituições, os docentes, organizados em suas seções sindicais, lutaram contra a adoção desse sistema porque entendiam exatamente qual era o problema. Para além da discussão macro, que é importante, da ideia da autonomia universitária, era justamente o controle de aspectos das nossas progressões funcionais, das nossas relações de trabalho. Assim que as universidades foram, finalmente, inseridas nesse sistema Meta4, nós tivemos um problema, que já era muito crônico entre docentes da educação básica no estado do Paraná, de só receber a promoção ou progressão de carreira quando fosse do interesse do governo. E isso, muitas vezes, demorava anos.

O governo falava assim: “a gente vai botar a progressão de carreira no momento que a gente achar mais conveniente”. E os companheiros e as companheiras devem imaginar que, para o governo, nunca é o momento mais conveniente para fazer aquilo que nos é de direito.

Então, tenho a impressão de que as nossas discussões agora sobre a Reforma Administrativa vão nos levar para dimensões nesse sentido. E os controles sobre esse tipo de situação, das nossas progressões, das metas que vamos precisar cumprir, certamente vão ser dimensionados também pelo uso de sistemas. Então, quando vier uma inteligência artificial, vai aparecer para nós como uma tecnicidade, que é um problema da ordem da relação de trabalho. Como é que vai medir meta, como é que vai ser aplicado? A gente vai ter muita dificuldade em lidar com essas discussões, porque vão tentar nos enrolar dizendo que são elementos técnicos, alguns dos quais a gente não vai ter nem capacidade para questionar ou criticar.

Por isso, eu acho que o momento é muito parecido com aquilo que o historiador inglês E.P. Thompson chamava de economia moral da multidão. A classe trabalhadora, em

processo de formação, simplesmente se nega a ser incorporada pelas dinâmicas das relações de trabalho nos termos capitalistas, basicamente porque ela acha que aquilo não é uma discussão na órbita das dimensões legais, das dimensões técnicas, das dimensões políticas, jurídicas, por isso que o Thompson chama de uma economia moral, porque não nos atende.

A gente quase começa a ser convencido de que temos uma série de problemas administrativos que precisam ser resolvidos. E o que está por trás não é isso. É um conjunto de coisas que não visa nos atender como trabalhadores e trabalhadoras da educação que somos, e que vai ceifar nossos direitos e vamos ter nossos processos de trabalho cada vez mais controlados. A gente vai ter um aumento da nossa carga de trabalho e de exploração para atender dimensões que são técnicas, ou aparentemente técnicas. O uso da inteligência artificial, eu não tenho dúvida, virá principalmente por essa via da burocracia. Essa Reforma Administrativa certamente vai nos injetar a isso como uma dimensão inexorável. E a nossa resposta tem que ser “não importa, porque isso não nos atende!”.



Foto: Banco de imagem